

Os estados à beira da falência

Dívida interna do País, de R\$ 100 bilhões, exige mecanismos de renegociação

por Sandra Nascimento
de Brasília

Parte dos estados brasileiros está em situação pré-falimentar. Foi essa a sensação passada pelos secretários estaduais de Fazenda, reunidos ontem no Senado. Exageros à parte, os presentes foram unânicos em reconhecer que é preciso criar, urgentemente, mecanismos de renegociação para a dívida interna do País, atualmente estimada em R\$ 100 bilhões, incluindo os débitos da União, e alternativas para solucionar um problema estrutural: o de adequar despesas e receitas em um cenário de estabilidade econômica.

"A situação dramática" exposta pelos secretários foi levada ontem à noite ao governo pelo ex-governador de Santa Catarina e senador

Vilson Kleinubing (PFL-SC). Ele defende a instituição da figura do negociador, cargo esse que deverá ser ocupado por um representante do governo.

Os secretários também consideraram fundamental a reforma administrativa — a folha de pagamento é um problema sério para quase todos os estados, superando, em média, 50% da arrecadação e, em alguns casos, 100%. Mas se opuseram à tributária e à prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE).

"A perda de receita (com o FSE) dos estados e o fundo de compensação não compensam", disse o secretário de Minas Gerais, João Heraldo Lima. Seu estado está entre os quatro maiores devedores mobiliários, ao lado de

São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que totalizam débitos em torno de R\$ 30 bilhões (Minas deve R\$ 5,9 bilhões). "O custo da estabilidade está chegando agora", acrescentou Lima.

O crescimento da dívida mobiliária foi um dos fatores considerados mais preocupantes pelos secretários. Um dos exemplos mais caóticos foi apresentado por São Paulo: de uma dívida total de R\$ 34,2 bilhões registrados no final do ano passado, o estado passou agora para R\$ 43,7 bilhões, sem nenhum empréstimo novo e com uma amortização de R\$ 800 milhões.

"Do jeito que está é impagável", disse o representante paulista, Yoshiaki Nakano. Desse total, R\$ 13 bilhões é de dívida mobiliária.

A folha atinge 80% da arrecadação e foi de R\$ 920 milhões em julho. Antes do Plano Real, com uma inflação de 40% ao mês, era fácil resolver esse problema deixando de reajustar os salários dos servidores e obtendo ganhos na arrecadação.

Cálculos dos secretários dão conta de que, com o FSE, os estados deixam de arrecadar o equivalente a um mês de recolhimento. Já as regras do fundo de compensação, previsto para diminuir o impacto sobre os estados com o fim do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações, não estão bem claras e, à primeira vista, dizem, deverão trazer prejuízos. A intenção dos representantes estaduais é conseguir negociar alternati-

vas durante a tramitação da reforma tributária, ou até mesmo antes.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Gilberto Miranda (PMDB-AM), deu um prazo de quinze dias para o governo apresentar uma proposta aos estados. Caso contrário, irá pedir urgência aos projetos de resolução que já tramitam na Casa, prevenindo a redução da alíquota da receita líquida destinada ao pagamento da dívida dos estados dos atuais 11% para 9% ou 7%. Existe um consenso entre os governos de apoio à alíquota de 9%. Não se sabe o quanto a União perderia com essa medida, mas segundo o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), "é muito, muito dinheiro".